

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Raissa Estanislau Vieira, Lourival José Martins Filho

INTRODUÇÃO

A pesquisa parte do seguinte problema: quais finalidades educativas sustentam a proposição da Política Nacional de Alfabetização? Para responder a essa questão, buscou-se mapear artigos publicados em periódicos, além de compreender o contexto da produção do texto da política, seus objetivos e suas orientações. A metodologia utilizada foi a bibliográfica-documental, de abordagem qualitativa e interpretativa, tendo como base produções acadêmicas publicadas entre 2019 e 2024, localizadas no Portal de Periódicos da CAPES. A fundamentação teórica inicial contou com as contribuições de Artur Gomes de Moraes, Denise Maria de Carvalho Lopes, Fabíola Cardoso Cecchetti e Lourival José Martins Filho.

DESENVOLVIMENTO

A Política Nacional de Alfabetização, entre suas proposições, destacou a defesa de uma orientação focada na alfabetização baseada em evidências científicas, com forte ênfase no método fônico. Entretanto, a implementação da política produziu diferentes discussões no campo educacional, parte da produção acadêmica passou a questionar a forma como a política foi construída, especialmente em relação às concepções de alfabetização e letramento, à produção científica utilizada como fundamento, à autonomia dos professores, às formas de elaboração das políticas educacionais e a desqualificação da vasta produção científica nacional e internacional que existia e era implementada no país a mais de 4 décadas. Para Lopes (2019), essa invalidação pode ser notada na omissão do sentido da aprendizagem no processo de alfabetização, quando no decreto se evidencia apenas o processo de ensino das habilidades de escrita e leitura, apresentando desse modo, um retrocesso na compreensão da alfabetização enquanto processo que envolve relações entre sujeitos que interagem com objetos de conhecimento em relações de interação, mediação, apropriação-significação.

Somado a isso, Moraes (2019) apresenta a falta de autonomia docente como uma crítica importante, já que toda a política foi planejada para que o professor não pense e decida como alfabetizar seus estudantes, formando assim, educandos e educadores sem pensamento crítico, padronizando o processo de alfabetização com um único método fônico para que as empresas continuem vendendo seus pacotes de materiais didáticos prontos aos municípios, onde os estudantes eram obrigados a praticar a escrita e a leitura por meio de atividades nada estimulantes controladas pelo adulto.

RESULTADOS

A partir da pesquisa de artigos no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando como palavra chave para busca o termo “Política Nacional de Alfabetização” e os filtros de ano (2019- 2024) e de tipo de recurso (artigo), foram encontradas 89 produções. Dessas, quatro estavam repetidas e três não faziam referência à PNA, sendo assim, foram analisados os dados de 82 artigos.

Nesse contexto, foi indicado por meio da análise que a maioria dos textos tece críticas negativas à construção, a implementação e o fazer da Política Nacional de Alfabetização de 2019, demonstrando o caráter antidemocrático, neoliberal e ultraconservador que deu base à fundamentação dessa política e formulou estratégias para aniquilar os avanços democráticos conquistados pela população. De acordo com Cecchetti e Martins Filho (2023), a dimensão neoliberal presente na PNA pode ser observada na valorização de mecanismos de monitoramento, avaliação e alcance de resultados. Essa perspectiva aproxima a alfabetização de uma lógica gerencial, pautada pela eficiência, pelo controle e pela mensuração dos resultados. Com isso, o processo de alfabetização passa a ser compreendido, em parte, a partir de resultados que podem ser avaliados e comparados, deixando em segundo plano a complexidade dos processos de aprendizagem e as diferentes condições sociais, culturais e pedagógicas encontradas nas escolas.

Essa lógica também está relacionada ao processo de homogeneização presente na PNA. Ao definir uma determinada concepção de alfabetização e privilegiar orientações metodológicas específicas, a política estabelece referências que passam a orientar diferentes escolas e sujeitos, sem considerar de forma suficiente a diversidade das realidades educacionais brasileiras. Conforme apontam os dados, a elaboração da PNA ocorreu sem uma participação ampla dos pesquisadores, professores e demais sujeitos envolvidos com a alfabetização, além de não considerar parte das produções acadêmicas e das políticas construídas anteriormente na área. Nesse sentido, a definição de orientações mais padronizadas pode contribuir para a homogeneização das práticas de alfabetização, reduzindo a autonomia docente e dificultando a construção de práticas pedagógicas que considerem as necessidades e especificidades dos diferentes contextos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, conclui-se que as produções acadêmicas analisadas convergem ao apontar que a PNA representou um rompimento com princípios historicamente construídos na área da alfabetização no Brasil, especialmente aqueles ligados à participação democrática, à valorização da pesquisa científica e à autonomia docente. Assim, os estudos indicam a necessidade de retomada de políticas públicas elaboradas de forma coletiva, que reconheçam a complexidade do processo de alfabetização, respeitem a diversidade dos contextos escolares e fortaleçam o papel dos professores como sujeitos fundamentais na construção de práticas pedagógicas críticas e socialmente comprometidas.

Palavras-chave: política nacional de alfabetização; alfabetização; formação docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORAIS, Artur Gomes de. **Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019.** Revista Brasileira de Alfabetização, v. 1, n. 10, p. 66-75, 2019.

LOPES, Denise Maria de Carvalho. **Considerações sobre a Política Nacional de Alfabetização.** Revista Brasileira de Alfabetização, Belo Horizonte, v. 1, n. 10, p. 86-90. 2019.

CECCHETTI, Fabíola Cardoso; MARTINS FILHO, Lourival José. **Alfabetização em xeque: uma análise da Política Nacional de Alfabetização.** Cadernos de Educação, Pelotas, n. 67, p. 1-19, 2023.